

AUTO-SUSTENTAÇÃO

Índios discutem lucro econômico

Fotos: Luiz Vasconcelos

REPRESENTANTES DE ETNIAS DA REGIÃO NORTE CONCLUEM QUE SEM A DEMARCAÇÃO DE TERRAS NÃO HÁ COMO FAZER PRODUÇÃO PARA AS PESSOAS

DIONE SANTANA

Representações indígenas de quase toda a Região Norte – Rondônia, Roraima, Acre, Mato Grosso e Amazonas – estarão reunidas até sexta-feira para discutir um assunto aparentemente novo, os mecanismos para a economia indígena, mas que “esbarram” em problemas antigos: a demarcação das terras. A questão é simples: sem terra não há produção e, menos ainda, economia. Para os indígenas, já seria de grande relevância para suas vidas fazer com que os “brancos” cumprissem suas leis.

A frente do Seminário sobre Economia da Reciprocidade e a Auto-Sustentação dos Povos Indígenas estão a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O encontro acontece no Centro de Formação Xare, no Km 23 da BR-174 (Manaus-Boa Vista), com o objetivo de resgatar experiências que desenvolvam a economia de reciprocidade.

Mas o que é reciprocidade? O indigenista Egidio Schwade explica, baseando-se na história. Segundo ele, o problema começou com a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, quando a política passou a ser desenvolvida no formato de economia de mercado. “A economia não olha para as pessoas, apenas para o dinheiro.” Hoje, um exemplo claro, citado por ele, é a venda do ritual da tucandeira. “Então, só se preserva o que pode ser vendido



ARGUMENTO Líderes indígenas afirmam que a fartura de alimentos nas tribos da Amazônia acabou depois que foi eliminada a economia de reciprocidade

e, conseqüentemente, gera lucro.” A reprodução do tambaqui em cativeiro interessa ao mercado e, por isso, está crescendo, completa. “Existe um relatório do Banco Mundial que revela que uma família amazônica não consegue se sustentar na Amazônia”, diz Egidio, esclarecendo que nem 20% dos produtos

encontrados à venda em supermercados são produzidos na região. Uma banana produzida no Norte tem muito mais vida do que a proveniente de São Paulo, colhida verde, exemplifica.

O indigenista diz que na viagem feita por Francisco Orellana, de Belém (PA) a Quito (Equador), em 1542, acompanhado de 2 mil

índios, 87 soldados e mais uma tripulação incontável, todos foram alimentados – ida e volta – pelas comunidades indígenas por onde passavam. “A fartura era tão grande que sustentava a tribo e ainda sobrava para dar a quem precisava, no caso os viajantes.” Segundo Egidio, é necessário rever a história para identi-

ficar que tipo de economia reinava naquela época, o que na verdade se sabe ter sido a de reciprocidade. Esta visa desenvolver a vida tanto do homem quanto da natureza. “Por que não oferecer meios para outras espécies de peixes além do tambaqui e pirarucu?”, questiona. Ele considera que a diferença está na produção polí-

tica futurista sem fim, onde animais, plantas e homens possuíam igualdade de vida, não só capitalista.

“Na prática, a população em geral indígena e não indígena precisa ampliar o universo de produção e acabar com a política do tipo Fernando Henrique Cardoso de ‘exportar ou morrer’”, diz.

Luta pelo domínio da terra é difícil

Dê acordo com o coordenador do Conselho Indígena do Estado de Roraima (CIR), Jacy José de Souza, 54, da tribo macuxi, os demais indígenas de sua área vivem o drama da luta pelo domínio da terra. Macuxi, uapixana, taurepang, ingaricó, uai uai, ianomâmi e patamona são as principais etnias que ocupam aproximadamente 40% do Estado, tamanho reservado aos índios. “Existem 42 mil indígenas em Roraima”, confirma Jacy. Ele diz que falta mais união entre os índios para batalharem a posse da terra, não só em Roraima, mas no Brasil.

O coordenador lembra da família indígena Crao, do Tocan-

tins, expulsa em 1988 de suas terras por dois fazendeiros. “Isso é comum em todo o País. Até hoje estão rodando sem paradeiro.” Na opinião de Jacy, algumas políticas de incentivo à economia indígena podem até ser implantadas, mas se não tem terra, não existe produção, e o índio acaba perdendo mais o seu valor porque não soube aproveitar a oportunidade.

O prazo de demarcação de terras indígenas terminou em 1993, cinco anos depois da promulgação da Constituição Federal. “Estamos no oitavo ano após a data marcada e nada aconteceu.” De acordo com Jacy, os governantes deveriam respeitar as leis criadas por eles mesmos.

Mulheres querem mais união

A representante das mulheres do rio Negro, Maria Miquelina Machado, 42, pertencente à tribo tucano, aborda também a falta de união dos indígenas para vencerem seus problemas básicos. “Não adianta querer conquistar sem organização.” Ela é membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam) e cursa Ciências Sociais na Universidade do Amazonas (UA). Miquelina é a prova de que índio sabe das coisas e, por isso, está



ESTUDANTE Miquelina prega organização das etnias

estudando. “Temos uma riqueza de conhecimento muito grande, mas que nem sempre sabemos passar,

como no caso das ervas medicinais.” Ampliar o conhecimento sim, mas

conservando a tradição e cultura, propõe Miquelina.

A maneira rústica de ensinar os medicamentos ainda acontece por falta de médicos e enfermeiros índios, comenta. “Dentro de algum tempo não teremos mais essa dificuldade”, diz a estudante, associando que com o artesanato não existe mais essa barreira. Todos somos índios, mas com as diferenças respeitadas. É assim que Elber Tapirapi, da etnia Tapirapi, no Mato Grosso, descreve diferenças essenciais entre índios e brancos. “A troca de informação é a maneira de fazer crescer primeiro nossa gente e depois levar a quem de direito.” As alternativas econômicas que surgirem até a sexta-feira serão enviadas em forma de relatório ao Ministério do Meio Ambiente, avisa o vice-presidente da Coiab, Cláudio Pereira Mura, 53.